

Venezuela em transe

Governo norte-americano afirma que o planejamento prevê três etapas: estabilização, recuperação e transição de poder. Embora o anúncio não revele prazos ou detalhes operacionais, secretário de Estado alega que “não é improvisação”

Plano vago para a Venezuela

» ISABELLA ALMEIDA

O governo dos Estados Unidos afirmou ontem ter um plano de três etapas para a Venezuela, que inclui determinar as decisões do país por prazo indeterminado. Segundo a Casa Branca, Washington mantém “correspondência direta” com as autoridades venezuelanas e seguirá ditando os rumos do governo interino após a captura de Nicolás Maduro. Além disso, os EUA também anunciaram esperar que a presidente interina, Delcy Rodríguez, expulse do país assessores de Cuba, Rússia, China e Irã.

“O plano não é improvisação”, declarou o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ao apresentar a estratégia americana, composta por três fases: estabilização, recuperação e transição de poder. “O primeiro passo é a estabilização do país. Não queremos que ele desaboque em caos”, frisou. Vago, o anúncio não continha prazos ou qualquer detalhe operacional dos próximos passos.

Rubio explicou apenas que a estabilização inclui uma espécie de “quarentena” da Venezuela no mercado internacional, com a manutenção de sanções e de apreensão de petroleiros. “Eles têm óleo que está preso na Venezuela. Eles não podem movê-lo por causa da nossa quarentena e porque está sancionado. Vamos tomar entre 30 e 50 milhões de barris de óleo. Vamos vendê-los no mercado, nas taxas de mercado, não nos descontos que a Venezuela estava recebendo”, afirmou.

De acordo com o secretário, os recursos obtidos serão controlados por Washington. “Esse dinheiro será, então, tratado de uma forma que nós vamos controlar como é distribuído, de uma forma que beneficie as pessoas venezuelanas, não a corrupção, não o regime”.

A segunda fase do plano, chamada de recuperação, prevê a reabertura da economia do país às empresas estrangeiras. “O segundo passo é garantir que os americanos e outras empresas tenham acesso ao mercado venezuelano de uma forma justa”, disse Rubio. Ele acrescentou que, paralelamente, os EUA pretendem iniciar um processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

A última etapa, segundo o secretário de Estado, será a transição de poder. “E, então, a terceira fase, é claro, será a de transição”, afirmou, mais uma vez sem qualquer informação adicional concreta. Rubio recusou-se a comentar sobre novas eleições, nomeação de um interventor ou a possibilidade de uma nova operação americana em território venezuelano, alegando que alguns pontos ainda

são sensíveis. O papel da oposição da Venezuela nesse cenário também não foi mencionado.

As declarações ocorreram após críticas de que Washington não teria um plano claro para a Venezuela depois da prisão de Nicolás Maduro, no último sábado (3/1). Desde então, o país tem sido governado interinamente por Delcy Rodríguez, um dos principais nomes do chavismo. Na terça-feira (6/1), Rodríguez afirmou que não havia “agente externo” governando o país.

Exigências

Em uma reunião secreta realizada na segunda-feira com importantes líderes do Congresso americano, Rubio listou algumas exigências que teriam sido feitas pelo governo Trump à gestão de Delcy. Segundo informações do *The New York Times*, os representantes dos EUA, que falaram sob condição de anonimato por não estarem autorizados a discutir o assunto publicamente, afirmaram que “espões” e militares de Cuba, Rússia, China e Irã seriam forçados a deixar o país, enquanto alguns diplomatas teriam permissão para permanecer na Venezuela.

Horas depois das falas de Rubio, a Casa Branca reforçou a posição de que os EUA influenciam diretamente o governo venezuelano. “Os Estados Unidos trabalham com a Venezuela, a administração Trump mantém uma correspondência direta com as autoridades interinas. Suas decisões continuarão a ser ditadas por nós”, declarou a porta-voz de Trump, Karoline Leavitt. Ela também afirmou que discutir um calendário eleitoral é “muito prematuro”.

Para Ricardo Caichiolo, professor de relações internacionais e diretor do Ibmecc Brasília, a viabilidade do plano é incerta e envolve riscos elevados, pois mesmo com avanços no enfraquecimento do núcleo do poder chavista, a governabilidade do país depende do comportamento das Forças Armadas, de lideranças regionais e do controle de grupos armados. “Além disso, a gestão externa de ativos petrolíferos já provoca questionamentos jurídicos e políticos, inclusive dentro dos EUA, o que pode prolongar a instabilidade e transformar a primeira fase prevista para estabilização em um processo mais longo do que o inicialmente previsto”.

O especialista destaca que a reação internacional frente à estratégia norte-americana tende a ser fragmentada, com, de um lado, aliados ocidentais sinalizando apoio cauteloso à transição, mas demonstrando desconforto com o uso explícito de instrumentos militares; de outro lado, Rússia e China rejeitam a iniciativa, classificando-a como violação

AFP



Rubio e Trump no sábado, horas após o ataque à Venezuela: ontem, secretário de Estado falou, sem detalhes, sobre futuro do país

Entenda o plano

Primeira fase: estabilização

Isola a Venezuela no mercado internacional, com sanções e apreensão de petroleiros ligados ao país, o óleo fica preso, em quarentena. Entre 30 e 50 milhões de barris serão comercializados pelos EUA, com os recursos obtidos pela

venda sendo administrados por Washington.

Segunda fase: recuperação

Prevê a reabertura da economia venezuelana para empresas estrangeiras. Segundo Marco Rubio, nesta etapa, os EUA pretendem incentivar um

processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

Terceira fase: transição de poder

Trata da reorganização do poder político. Marco Rubio, contudo,

não falou sobre novas eleições, evitou comentários a respeito do papel da oposição chavista e não deu qualquer prazo para as mudanças. O secretário de Estado também não citou a possibilidade de uma nova operação em território venezuelano.

Palavra de especialista

Oposição é vital

“Do ponto de vista do direito internacional, a fase de transição é a mais sensível, pois envolve o reconhecimento de autoridades, a legitimidade do processo eleitoral e o respeito aos princípios democráticos. A ausência de um cronograma

claro reforça a necessidade de cautela, uma vez que transições conduzidas sem base jurídica sólida tendem a gerar instabilidade e contestação internacional. A participação da oposição aqui será vital. Em síntese, embora o plano seja apresentado como uma iniciativa para restaurar a estabilidade e a democracia na Venezuela, ele coloca em tensão princípios centrais do direito internacional, como soberania,

não intervenção e autodeterminação dos povos. Sua legitimidade jurídica dependerá, em grande medida, do grau de multilateralização do processo, do respeito às normas internacionais de direitos humanos e da efetiva devolução do protagonismo político ao povo venezuelano.”

Frederico Afonso, mestre em direito internacional

Arquivo pessoal



da soberania venezuelana e do direito internacional. “Na América Latina, o sentimento é misto. Enquanto governos de direita tendem a celebrar o enfraquecimento do regime, cresce na região o receio de um retorno do intervencionismo militar

direto dos EUA, agora com uma força que não prevê somente a contenção de potências extracontinentais, mas que também autoriza a adoção de ações unilaterais em nome da segurança, da energia e da estabilidade política hemisférica.”

No cenário político interno, a oposição venezuelana contesta a legitimidade do governo interino. A líder opositora María Corina Machado, vencedora do Nobel da Paz no ano passado, defende que Edmundo González,

candidato opositorista, deveria assumir o poder. Para a oposição ao chavismo, González foi o vencedor real das últimas eleições, e só não foi alçado ao poder no país por fraudes generalizadas patrocinadas pelo regime.

As duas vítimas dos EUA: Maduro e a oposição

» RODRIGO CRAVEIRO

Horas depois de atacar a Venezuela e depor Nicolás Maduro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, descartou entregar à ex-deputada María Corina Machado o cargo mais alto do Palácio de Miraflores. De quebra, alijou a oposição de qualquer influência nos processos decisórios. Edmundo González Urrutia, o ex-diplomata que reivindicou a vitória nas eleições presidenciais de 28 de julho de 2024, fugiu para Madri. Outras lideranças opositoras, como o ex-prefeito de Caracas Antônio Ledezma; o advogado Leopoldo López; e o presidente autodeclarado da Venezuela, Juan Guaidó; viram-se forçados ao exílio.

Para Trump, a ascensão de María Corina ao governo aumenta o risco de uma guerra civil no país sul-americano, ante a justificativa de que a opositora não contaria com amplo apoio popular. “Seria muito difícil para ela liderar o país”, declarou o republicano. “Não

inspira respeito”, avaliou. Em várias ocasiões, a ex-deputada e Edmundo González apelaram, em vão, à Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para que se rebelasse contra o regime chavista.

Nos últimos anos, com a escalada repressiva de Maduro, a oposição venezuelana fragmentou-se. “Na Venezuela, não existe uma oposição, mas uma maioria democrática que ganhou as eleições em 2024. A maioria da população segue contra o chavismo e contra Maduro. O que existe é um deslocamento no tempo, à espera de uma situação de maior estabilidade para entrar no processo político de transição”, explicou ao **Correio** José Vicente Carrasquero Aumaitre, professor de ciência política da Universidad Simón Bolívar (USB), em Caracas. “Acredito que essa maioria democrática pode começar a se organizar para o processo de assunção ao poder.”

“Duro golpe”

A venezuelana María Isabel

FEDERICO PARRA / AFP



Ascensão de María Corina Machado foi considerada um risco

Puerta, professora de ciência política da Universidade do Colorado (EUA), admitiu ao **Correio** que a ofensiva dos EUA para derrubar Maduro foi um “duro golpe” para María Corina e para toda a oposição. “A decapitação não se limitou

a Maduro. Por ora, a aspiração de Machado de liderar uma transição democrática na Venezuela parece inviável”, comentou. Ainda segundo Puerta, Edmundo González, na condição de presidente eleito, tem a liderança política associada à de

Eu acho...

Arquivo pessoal



“Sob a perspectiva de Trump, a prioridade parece ter sido a estabilidade e o controle, mais do que uma transferência imediata de poder a uma oposição fragmentada e sem capacidade real de coerção sobre o terreno. Esse cálculo acabou por afastar a oposição do centro do processo decisório, embora ela não tenha sido formalmente excluída.”

IMDAT ONER, ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida.

María Corina. “Os outros nomes da oposição têm menos possibilidades. Além da falta de reconhecimento de Machado, há o argumento do governo Trump de que a oposição está ausente na Venezuela, uma vez que seus membros vivem no exílio.”

Por sua vez, Imdat Oner — ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida — reconhece que a oposição foi

claramente relegada ao segundo plano. “A saída de Maduro não se traduziu em uma passagem de poder para as forças democráticas. Pelo contrário, o controle permaneceu dentro do aparato do Estado e da segurança, agora encabeçado por Delcy Rodríguez. O que vemos é uma transição gerida a partir do interior do regime e não liderada por figuras opositoras que reclamam legitimidade democrática”, afirmou à reportagem.